

## FEMINISMOS CONTEMPORÂNEOS E INJUSTIÇAS DE GÊNEROS: A RE-INVENÇÃO DE UM PROJETO ANTICAPITALISTA

### CONTEMPORARY FEMINISM AND GENDER INJUSTICE: THE RE-INVENTION OF AN ANTICAPITALIST PROJECT

Recebido em: 07/05/2022

Aceito em: 30/08/2022

Amanda Netto Brum<sup>1</sup> 

Jessica Cristianetti<sup>2</sup> 

Renato Duro Dias<sup>3</sup> 

**Resumo:** É a partir da constatação de que os feminismos contemporâneos reivindicam para si uma profunda revisão sobre as injustiças de gênero que na obra *Feminismo para os 99% - Um manifesto* Fraser, Bhattacharya e Arruzza trazem reflexões importantes para a estruturação de um novo projeto para os feminismos, isto é. para uma parcela da sociedade que ainda é subalternizada, como especialmente as mulheres. Diante disso, compreendendo a importância de se re-inventar o projeto feminista diante do sistema capitalista, desenvolve-se uma resenha crítica deste texto buscando apontar a possibilidade de estruturação de um projeto anticapitalista para os feminismos – como estabelecido pelas autoras.

**Palavras-chave:** *Feminismo para os 99% - Um manifesto*; Feminismos; Injustiça de Gêneros; Projeto anticapitalista.

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Pós-Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito e Sexualidades – GDiS e Integrante do Grupo de pesquisa em Direito, Crítica e Multinormatividade – Jurisgenesis. Advogada. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. RS-Brasil. Email: amandanettobrum@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora e Mestre pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Integrante do Grupo de pesquisa em Direito, Crítica e Multinormatividade – Jurisgenesis. Advogada. UNISINOS. RS-Brasil. Email: jessicacristianettiadv@gmail.com

<sup>3</sup> Vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) vinculado a esta universidade como Professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado em Direito e Justiça Social. É Doutor em Educação com período de doutoramento sanduíche na Universidade de Lisboa, Portugal. É Vice-líder do Laboratório Imagens da Justiça - Grupo de Pesquisa do CNPq. É líder do Grupo de pesquisa Direito e Sexualidades – GDiS. E-mail: renatodurodias@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Os feminismos<sup>4</sup> contemporâneos reivindicam para si uma profunda revisão sobre as injustiças de gênero. As anormalidades<sup>5</sup>, muito bem apontadas *Feminismo para os 99%* - *Um manifesto*, produzem clivagens, ambiguidades, contradições, questionamentos e críticas. Sobretudo, as novas narrativas expressas em *ideias/valores* diferenciados - que o sistema capitalista impõe aos tempos atuais -, vêm apontando os possíveis horizontes destes movimentos. Com isso, são necessárias novas compreensões que nutram as demandas destes feminismos. Assim, entende-se a importância do movimento feminista na promoção e efetiva produção da justiça de gêneros<sup>6</sup>, isto é, compreende-se a relevância dos feminismos na transposição de situações de subalternidade<sup>7</sup> que as mulheres ainda são submetidas.

Escrito por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*, aponta alguns limites e possibilidades para desafiar este momento paradigmático, em que é necessário reinscrever os feminismos sob outras perspectivas teórico-metodológicas.

A partir deste entendimento, as teóricas concentraram forças por meio de seus estudos para problematizar as formas de pensar o feminismo diante da crise capitalista global. Desse modo, intentam, com este escrito, “efetuar uma operação de resgate e uma correção de curso – para orientar as lutas feministas em uma época de confusão política.” (ARRUZZA et al., 2019).

Tendo como ponto de partida estas temáticas, a obra pode ser compreendida como um manifesto radical anticapitalista, dividido em onze teses. Cada uma dessas traz um

---

<sup>4</sup> Vale mencionar que os feminismos têm experimentado uma série de formatos e de discursos: “[...] as lutas feministas tiveram diferentes expressões, heterogêneas como o próprio feminismo. Nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso das mulheres à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, do direito das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva [...]. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 6). De fato, “historicamente há uma justaposição e interação entre as várias abordagens e perspectivas políticas feministas, em vez de uma trajetória de desenvolvimento. (MCLAREN, 2016, p. 222). Dessa feita, “a tarefa fundamental deste movimento, realizada por meio de lutas e discursos, é a de (re)construir as identidades femininas destituindo as instituições sociais da marca de gêneros”. (CASTELLS, 2010, p. 237). Diante disso, entende-se que a melhor forma de se referir a esse movimento seja feminismos, assim como propõem Miguel e Biroli (2014) em suas análises, pois, como os autores ressaltam a pluralidade de abordagens é uma das características que se pretende respeitar.

<sup>5</sup> Para Fraser (2013), as anormalidades (os tempos anormais) refletem as modificações do cenário geopolítico mundial, isto é, o fim da Guerra Fria, a contestação da hegemonia dos Estados Unidos, a ascensão do neoliberalismo e a nova proeminência da globalização.

<sup>6</sup> Grafia-se no plural tal categoria, pois, valendo dos preceitos de Butler (2015) compreende-se ser essa a melhor grafia para expressar a multiplicidade de identidades que essa categorização pode expressar.

<sup>7</sup> Vale-se do aporte de Spivak (2010) para compreender tal categoria.

indício com vistas a demonstrar a necessidade de uma reinvenção do feminismo e para embasar a ideia de um feminismo anticapitalista.

As autoras compreendem que *o feminismo* liberal está em crescente decadência e dele surge à possibilidade de outros feminismos, mais combativos, que sejam radicais e transformadores. Dessa forma, o livro pretende criar esses outros feminismos, os feminismos para os 99%. Uma pauta que compreenda a solidariedade entre ativistas antirracistas, ambientalistas, pró-direitos trabalhistas e de imigrantes. As apostas são feitas a partir de greves feministas realizadas entre 2017 e 2018. (ARRUZZA et al., 2019).

Para a então Deputada Talíria Petrone – que realizou o prefácio à edição brasileira –, o escrito é compreendido como “um chamado à luta feminista anticapitalista, ecossocialista, antirracista, internacionalista” (ARRUZZA et al., 2019, p. 20).

Perpassando alguns importantes movimentos feministas pelo mundo e a proporção transnacional atingida com o movimento global de 8 de março, as teóricas compreendem que, ao entrarem em greve juntas, essas mulheres “politizaram novamente o dia internacional da mulher reestabelecendo a pauta da classe trabalhadora e o próprio feminismo socialista há muito colocado em escanteio” (ARRUZZA et al., 2019).

Ao criticar a visão do feminismo liberal como igualdade de mercado, as teóricas refletem sobre a necessidade de atacar as raízes do sistema capitalista e ponderam que esse novo feminismo

[...] luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e de classes trabalhadoras, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. (ARRUZZA et al., 2019, p. 42-43).

Os feminismos anticapitalista são, assim, pautados nas interseccionalidades de gêneros. Dessa forma, unem as diferentes intersecções em vista de uma transformação feminina conjunta a partir da união da pluralidade de movimentos existente, ou seja, os feminismos para os 99%.

A partir do entendimento de que se vive em um contexto de crise generalizada em que o capitalismo – globalizado, financeirizado e neoliberal – encontra-se na base, as autoras estabelecem conexões entre essa crise e as problemáticas femininas como a reprodução social, as sexualidades<sup>8</sup>, o racismo etc. Apesar de pontuarem o contexto de

---

<sup>8</sup> Outra vez, valendo-se dos ensinamentos de Butler (2015) grafa-se no plural tal terminologia no sentido de pluralizar essa categoria.

crise, a esperança também reside neste período específico, pois este poderia ser compreendido como “um momento de despertar político e uma oportunidade de transformação social”. (ARRUZZA et al., 2019, p. 47).

É importante referenciar que as autoras entendem o capitalismo como um sistema de classes no qual uma minoria explora um grupo majoritário para o ganho de lucros privados pelos primeiros e o ganho de um salário para os segundos. Porém, uma faceta que, segundo Arruzza et al. (2019), não é compreendida em larga escala, é que a origem da própria opressão de gêneros provém do sistema capitalista. Longe de afirmar que o capitalismo instituiu a opressão de mulheres na história, afirmam que o que ocorre é que, com a chegada deste formato de sistema econômico, estabeleceram-se modelos modernos de sexismo apoiados pelas novas estruturas institucionais.

Dessa forma, interrogam qual foi o papel do capitalismo para modificar e intensificar a forma com que as mulheres são oprimidas. O capitalismo baseou seu movimento em “separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo”. (ARRUZZA et al., 2019, p. 51). A partir desse episódio é que as autoras compreendem que o capitalismo reinventou a opressão feminina.

A tese das autoras aponta que mulheres são oprimidas pelo capitalismo quando se coloca nelas toda a carga da reprodução social sem nenhuma contraprestação. Mulheres têm a obrigação de gerar filhos e educá-los para serem responsáveis e obedientes ao capital, sob pena de não terem a possibilidade de sobreviver em sociedade. Para a ordem capitalista, os filhos destas mulheres são apenas peças de reposição para a engrenagem do lucro girar e crescer.

Dessa forma, “contrariamente ao entendimento tradicional, o que produz a classe na sociedade capitalista não são apenas as relações que diretamente exploram a “mão de obra”, mas também as relações que a geram e repõem”. (ARRUZZA et al., 2019, p. 54). Assim, o entendimento é de que:

A luta de classes inclui batalhas em torno da reprodução social: por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso a energia limpa, por habitação e transporte público. Para isso são igualmente primordiais as lutas políticas pela libertação das mulheres, contra o racismo, a xenofobia, a guerra e o colonialismo. (ARRUZZA et al., 2019, p. 55).

Tais lutas são entendidas como a linha de frente no combate à visão tradicional do capitalismo e objetivam desenvolver projetos que possam modificar a sociedade.

As autoras demonstram como o debate da violência de gênero está entrelaçado com o capitalismo no que tange à vulnerabilidade econômica feminina. Novamente, o problema reside na responsabilidade pela reprodução social: o trabalho reprodutivo impede que mulheres participem em igualdade com os homens em trabalhos produtivos, o que ocasiona a falta de condições econômicas para sustentar uma família. Esta dependência financeira é o que, muitas vezes, impede que mulheres libertem-se de relacionamentos abusivos em casa e, portanto, o “[...] impacto é nos tornar duplamente sujeitas à violação – primeiro, nas mãos de parentes próximos e nas relações pessoais; segundo, nas mãos de agentes e promotores do capital”. (ARRUZZA et al., 2019, p. 60).

O capitalismo tenta regular as sexualidades a partir da ideia de aceitação das formas não heteronormativas<sup>9</sup> de famílias, mas que repliquem o modelo heteronormativo: permite-se que gays e lésbicas se casem, mas com base na mesma estrutura do casamento heterossexual, e a conseqüência disso é a reprodução da vida doméstica heterossexual que se pauta no individualismo e no consumo de mercadorias. Desta forma, o capital aceita a pluralidade das famílias, mas com a única finalidade de aumentar seus lucros, ou seja, utiliza-se de uma pauta de importância social para ganhar contraprestação financeira. (ARRUZZA et al., 2019).

Portanto, aqui a problemática que se coloca é no desvirtuamento de uma luta por direitos para servir ao capital, um jogo perigoso que pode deixar de fora a intenção inicial deste projeto, qual seja, a inclusão de uma pluralidade de formas de família na sociedade.

Outra questão central trazida pelas autoras é a raça. Perpassam questões de violência racista e colonial ocorridas dentro de movimentos feministas brancos e colocam-se a postos para romper com esta tradição. O trabalho destes grupos foi explorado por toda a história sem a contraprestação por tal, quer dizer, a escravidão e a expropriação de povos indígenas enriqueceram o capital.

Quer dizer, “por razões sistêmicas, o capitalismo sempre criou classes de seres humanos racializados, que têm sua pessoa e seu trabalho desvalorizados e submetidos a expropriação”. (ARRUZZA et al., 2019, p. 78). A desigualdade faz parte da lógica capitalista. É necessário haver quem possa ser explorado e, com base nisso, o capital

---

<sup>9</sup> Como expõe Lloyd (2016), utilizando-se de Butler, a heteronormatividade é compreendida como matriz heterossexual ou lei da coerência heterossexual.

decide quem “vale” mais ou menos. A história sempre mostrou que os negros, índios e imigrantes são aqueles que devem ser explorados em prol de uma minoria branca, masculina e burguesa.

Afirmam, ainda, que “a verdade é que o racismo, o imperialismo e o etnonacionalismo são escoras fundamentais para a misoginia generalizada e o controle dos corpos de todas as mulheres”. (ARRUZZA et al., 2019, p. 80-81), declarando que tais diferenciações são marcadas pelo gênero, tendo em vista que mulheres negras e imigrantes trabalham em situações precárias. Pleiteiam, assim, uma união solidária da diversidade para alcançar o poder coletivo necessário para mudar o curso da história e transformar a sociedade.

A preservação da natureza também entra neste debate como um problema relacionado ao feminismo para os 99%, pois mulheres compõem a “linha de frente da atual crise ecológica, constituindo 80% das pessoas refugiadas em função do clima”, do mesmo modo que são elas que lideram “lutas contra a privatização da água e das sementes e a favor da preservação da biodiversidade e da agricultura sustentável”. (ARRUZZA et al., 2019, p. 84-85). Enquanto o capital visa à exploração dos recursos ambientais, as mulheres constituem a categoria de pessoas mais afetadas e são aquelas que lutam pela preservação da terra.

Fator importante, revelado pela obra, para pensar um projeto feminista anticapitalista é o nível em que tal debate pode se inserir, pois, visando um feminismo para os 99%, necessita-se pensar em escala internacional, além de fronteiras físicas do Estado-Nação.

A insurgência deste movimento precisa ser em comum, chamando todos os grupos sociais a participarem nesta união de forças contra o capital. Segundo as autoras: “é ao nomear esse sistema como capitalismo e ao unir forças para combatê-lo que podemos superar da melhor forma as divisões que o capital cultiva entre nós – divisões de cultura, raça, etnicidade, diversidade funcional, sexualidade e gênero” (ARRUZZA et al., 2019, p. 95).

Desta forma, é possível compreender como tal debate está posicionado nas discussões contemporâneas sobre o capitalismo e feminismo, pois é compreendido como um projeto de feminismo pautado na luta, em nível global, pelo fim do capitalismo, isto é, o feminismo 99% como uma resposta às injustiças de gêneros. O feminismo para os 99% estruturado pelas teóricas estadunidenses – ao estruturar uma alternativa à variante

progressista neoliberal e à vertente reacionária do neoliberalismo –, apresenta, portanto, potencialidade, ao estabelecer um projeto radical pautado pelo anticapitalismo, para acomodar as necessidades específicas do feminismo e capacidade para incrementar a (re)estruturação de uma política feminista nos tempos (de crises) atuais.

A obra apresenta questões emergentes sobre o projeto feminista anticapitalista, mas não é imune a críticas. Neste caso, o livro ressenete-se de abordar de forma clara como se desenvolveria tal projeto feminista anticapitalista, apenas centra-se em realizar conexões teóricas sobre indícios para pensar tal projeto, mas o caminho em vias de concretizá-lo é deixado em aberto (ou em segundo plano). Esta talvez seja uma das possíveis críticas ao escrito.

Paira, por fim, outra observação: a questão de o projeto ser entendido como utópico e inalcançável, em vista da complexidade de se pensar em um contexto anticapitalista, vivenciando um capitalismo espreado pelo globo. Sabe-se que o capitalismo sofreu (e sofre) diversas crises, mas permanece vivo e resignificado. Apesar de todos os indícios trazidos pelas autoras, entende-se que é necessário realizar uma análise mais apurada sobre a possibilidade real de um projeto anticapitalista global, para que ao final os feminismos contemporâneos possam reivindicar e combater as injustiças de gêneros.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero** – Feminismo e Subversão da Identidade. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura - O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. New York: Verso, 2013.

FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi; ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução: CANDIANI, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2019.

LLOYD, Moya. **Butler and Ethics**. Scotland: EDINBURGH University Press, 2016.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. Tradução: MILANEZ, Newton. São Paulo: Intermeios, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.